
MEMÓRIA

O PROTAGONISMO DO CEAO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Jocélio Teles dos Santos¹  

Universidade Federal da Bahia

No período entre 2003 e 2012, fui partícipe da elaboração e consecução de políticas públicas nas quais o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) foi o protagonista na parceria com órgãos dos governos federal, estadual e municipal. Tratava-se de pensar e executar ações direcionadas ao que se denominaria nas décadas seguintes como “a questão racial” no âmbito de políticas públicas.

Se, na sua institucionalização, em setembro de 1959, o CEAO estava vinculado à Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), nas décadas seguintes passaria a ser um órgão suplementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), com autonomia administrativa, financeira e acadêmica. Essa condição muito facilitou iniciativas na proposição de ações – e, fundamentalmente, na realização de projetos, através de recursos captados em instâncias do poder público.

É necessário salientar que a relação do CEAO com instituições do Estado estava posta desde os anos sessenta. A concepção do seu criador, Agostinho da Silva (1906-1994), por uma política externa em direção ao continente africano, foi adotada e implementada pelo governo Jânio Quadros (1917-1992). No âmbito do que viria a ser denominada como a nova política externa independente, a África tornava-se o espaço histórico e geográfico por excelência da política internacional brasileira. Desse modo, a fundação do CEAO foi determinada menos pelo interesse acadêmico do que pelo desejo de objetivá-lo como instrumento político no âmbito local, nacional e internacional, através de uma política de articu-

1 Professor Titular Aposentado de Antropologia da UFBA. Foi Diretor do CEAO no período 2003-2008. Email: jocelio@ufba.br

lação com os países do Terceiro Mundo. A correspondência de Agostinho da Silva para representações oficiais de vários países africanos e asiáticos é um indicativo dessas proposições.

No contexto de abertura de embaixadas brasileiras em países africanos, nos primeiros anos daquela década, Agostinho da Silva ajudou a redigir o acordo que previa a concessão de cinquenta bolsas do governo federal para estudantes africanos que, em seus países de origem, podiam escolher quais carreiras e instituições universitárias federais frequentariam no Brasil. Se estudantes vindos da Nigéria, Gana, Senegal, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Camarões e Cabo Verde chegaram às universidades federais, pesquisadores do CEAO se deslocaram, com apoio institucional, para países africanos.

Não somente pesquisadores vinculados à UFBA foram agraciados com bolsas. Deoscoredes Maximiliano dos Santos (Mestre Didi), uma *persona* do mundo afro-religioso baiano, registrado como pesquisador do Centro, recebeu bolsa concedida pela UNESCO ao CEAO, e em 1967 realizaria estudo comparativo no Daomé e na Nigéria sobre aspectos litúrgicos das religiões negras no Brasil e em países africanos. Esse é um exemplo significativo de como o Centro se articulava com determinados terreiros de candomblés, notadamente os de tradição iorubá. Mestre Didi (1917-2013) era filho de Maria Bibiana do Espírito Santo (Mãe Senhora, 1890-1967), líder do Opô Afonjá, e se tornaria, posteriormente, Alapini, título honorífico dado ao sacerdote supremo do culto aos Egungun, ancestrais masculinos da tradição nagô, além de famoso escultor.

O CEAO havia se tornado, desde os anos sessenta, o espaço institucional das universidades públicas a abrigar temáticas afro-brasileiras na pesquisa, e no que se denominou formalmente de extensão. Cursos, seminários e debates eram promovidos com e para sujeitos que não se encontravam inseridos na universidade – muitos ainda sem terem concluído o ensino fundamental – e com significativa presença de adeptos das religiões afro-brasileiras. Com o passar das décadas, o CEAO

tornou-se o espaço acadêmico, por excelência, da “comunidade negra” soteropolitana. Do afro-religioso ao afro-político.

Nas décadas seguintes, parcerias com instituições oficiais foram uma ação contínua. Um programa de cooperação cultural entre o Brasil e países africanos resultou na criação do Museu Afro-Brasileiro (Mafro), vinculado ao CEAO através de um convênio entre o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação e Cultura, o governo do Estado da Bahia, a Prefeitura Municipal de Salvador e a UFBA. O projeto havia sido desenvolvido nos anos setenta, mas a sua montagem e inauguração datam de 1982. O acervo, constituído de mais de 1.100 peças de cultura material africana e afro-brasileira (esculturas, tecidos, objetos em metal, indumentária e instrumentos musicais), resultou de pesquisas, realizadas entre as décadas de setenta e oitenta, em diversos países africanos, e também de peças adquiridas ou doadas por lideranças dos terreiros de candomblé e grupos culturais soteropolitanos.

Com a emergência de entidades negras, na segunda metade dos anos setenta, e durante o período final do regime militar (1964-1985), destaco o intenso diálogo do Centro, seja com as pautas de conteúdo estritamente “político”, através de debates acirrados sobre práticas e ações dos movimentos negros, ou nas discussões de natureza “cultural”, como as trazidas pelos blocos afro, cujas lideranças buscavam no CEAO informações sobre os países e lideranças africanas que seriam homenageados no desfile anual do carnaval soteropolitano.

Lembro-me de participar de eventos na primeira metade dos anos oitenta, quando cursava a graduação em Ciências Sociais na UFBA. O CEAO era a instituição por excelência dos estudos afro-brasileiros do país, onde o ativismo negro tinha espaço assegurado e provocava debates calorosos sobre relações raciais, o combate ao racismo e o uso de classificações raciais. Em um deles, Milton Santos Filho (1955-1997), economista, posteriormente professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, e filho do geógrafo Milton Santos (1926-2001), iniciou a sua palestra afirmando, por três vezes seguidas, categoricamente, “eu

não sou negro, eu sou preto”. A princípio, poderia parecer somente uma provocação aos ativistas ali presentes; entretanto, interpretei como um contraponto ao uso exclusivo da categoria *negro* enfatizada por sujeitos de entidades negras, muitos deles influenciados pelo uso da classificação racial oriunda do sistema afro-americano que se propagava naquele período pelo país à fora. A frase repetida três vezes não era gratuita, muito menos possuía conteúdo simplista. Abundavam significados. Vale notar que o embate sobre o uso de categorias raciais atravessaria as décadas seguintes, principalmente quando se tratou da elaboração de políticas públicas no ensino superior e em instituições do Estado. Aquele era um contexto de tensão e embates na proposição de políticas.

Convém ressaltar que até o advento da Nova República (1985-), os órgãos públicos elaboraram diretrizes estritamente no campo da cultura, sem influência ou mesmo interferência direta dos movimentos negros. A política desenvolvida foi marcada por um processo de institucionalização do Estado, através do incentivo à criação de serviços nacionais de música, artes plásticas e folclore, de casas de cultura, da colaboração com universidades, funcionamento de projetos de natureza cultural, e preocupação com monumentos particulares tombados pelo patrimônio histórico. O processo de redemocratização do país e a atuação de movimentos e instituições negras, nos anos oitenta, levaram a uma mudança significativa na criação e implementação de novas políticas por parte do Estado. Nesse período, emergem conceitos e representações sobre a necessária história da presença dos “vencidos e esquecidos”, assim como uma participação de segmentos dos movimentos negros na implementação de políticas culturais estatais. E isso se refletiu em outras Constituições, a exemplo da Bahia, que passou a ter um capítulo específico (XXIII) sobre “o negro”.

Nesse contexto de mobilização política ocorre a criação de órgãos como Secretarias e Conselhos em governos estaduais, direcionados para a “comunidade negra”, assim formalmente definida. Essa mobilização política continuaria com a ascensão de José Sarney (1930-) à presidência da República, como pode ser observado na proposta de criação

de um Conselho Negro de Ação Compensatória, subordinado à Presidência da República e a nível interministerial. A situação política do país proporcionou a eleição de vários governadores de partidos de oposição, a maioria do PMDB, o que significava a inserção de práticas políticas diferenciadas daquelas do período autoritário: o governo Franco Montoro (PMDB-SP) criou, em 1984, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra; o governo Waldir Pires (PMDB-BA), o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (Codecon), em 15 de julho de 1987; o governador Alceu Collares (PDT-RS), o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul, em 04/05/1988; e o governador Leonel Brizola (PDT-RJ), em abril de 1991, a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Sedepron).

A criação do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), na Bahia, pode ser vista como resultado de uma conjuntura política nacional que, no ano da eleição de Tancredo Neves (1910-1985), proporcionaria uma mobilização política de organizações da sociedade civil como as de direitos humanos, sindicatos e entidades negras. Um exemplo: a Frente Nacional Afro-Brasileira, reunida em Uberaba-MG, procurava formas de assegurar espaço político e administrativo junto aos próximos governos federal e estadual, reivindicando a introdução de línguas africanas nos currículos de ensino de diversos níveis e a implantação de uma política de recuperação do patrimônio cultural negro do Brasil. Apesar de ter sido criado no governo peemedebista, o CDCN somente foi regulamentado em 1991, no governo do Partido da Frente Liberal. Esse fato nos faz argumentar que a análise dos Conselhos em distintos Estados não pode desprezar as injunções políticas, tanto em nível nacional quanto local, que correspondem aos momentos de emergência e execução propriamente dita de um programa de governo e da participação das entidades negras. A partir de maio de 1991, iniciou-se o processo de regulamentação e implementação do CDCN, através de um ofício do

Secretário de Justiça e Direitos Humanos, solicitando às entidades negras a indicação de representante e suplente para a composição do Conselho.

Houve também indicações que traduzem articulações de prestígio, legitimidade e proximidade com o poder público. E o CEAO ali estaria presente. Os antropólogos Vivaldo da Costa Lima (1925-2010), diretor do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), e Júlio Braga, diretor do CEAO, encaminharam, respectivamente, ofícios ao Secretário de Justiça indicando para suplente Jeferson Bacelar, antropólogo e professor da UFBA, por ser um especialista nos estudos étnicos e políticos, e Jocenira F. Barbosa Pereira, também como suplente, destacando-a como a filha da ialorixá Olga de Alaketo.

Nesse contexto de contínua emergência de grupos e entidades negras no período 1970-1990, duas temáticas são fundamentais para compreender as antigas e novas demandas do ativismo, quanto ao que se apresentou como políticas públicas em órgãos estatais, no início do século XXI. Refiro-me à temática da educação, vista como prioridade para uma conscientização política, e um olhar direcionado para as religiões afro-brasileiras, não mais sendo vistas por setores do ativismo negro como um “espaço de brancos”, mas passando a serem denominadas comunidades tradicionais de terreiros. E a participação do CEAO foi central na execução dessas demandas, como mostrarei a seguir.

Com o advento do governo Lula da Silva, em 2003, e a Lei 10.639, sancionada em janeiro desse mesmo ano, houve alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incluía a obrigatoriedade do ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares, e também nas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais. No entanto, faltava material didático específico em todos os níveis de ensino. Para suprir essa carência, a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cultura, respondeu às demandas de organizações negras com o estabelecimento de um convênio com a UFBA, através do CEAO, para a realização de concursos nacionais, visando à elaboração de dois vídeos-documen-

tários e propostas de três livros. Assim, foram publicados pelo CEAO/Fundação Palmares, em 2005-2006, os livros *Uma história do negro no Brasil*; *Literatura Afro-Brasileira*; *De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros*; e os vídeos *De volta para casa* e *Mãos e cérebros negros*. A coordenação e a execução do convênio, bem como a distribuição desses produtos para professores, entidades e bibliotecas públicas, ficou a cargo do CEAO. O pioneirismo na produção de material didático estava posto.

Como desdobramento desse convênio, estabelecido com a Fundação Palmares, o Departamento de Promoção e Igualdade Racial (Depir), da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas (BA), em março de 2005, firmou uma parceria com o CEAO para a realização de um curso de capacitação interdisciplinar com concentração em temáticas afro-brasileiras e africanas. A necessidade da capacitação tornava-se uma medida urgente das secretarias de educação, pois havia uma carência dos professores da rede pública sobre a África e o ensino da cultura e história do negro no Brasil. E mais: a Lei 10.639 precisava ser implementada. A iniciativa atendia também à demanda de outros profissionais da rede municipal de ensino. O foco foi impulsionar o conhecimento da história e da cultura afro-brasileira no cotidiano das escolas, e aprofundar temáticas afro-brasileiras e a sua relação com as práticas pedagógicas. Cento e oitenta dois professores licenciados das disciplinas História, Português, Geografia e Educação Artística foram divididos em dois grupos, no período março a agosto de 2005, e agosto de 2005 a janeiro de 2006.

Nos anos que se seguiram, o CEAO estabeleceu parceria com o Ministério da Educação (Secad – Uniafro, Uab/Rede de Educação para a Diversidade) com a realização de Cursos de Formação de Professores à Distância para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras.

Nesse mesmo período, e na mesma perspectiva, um convênio foi estabelecido entre o CEAO e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), órgão vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, para a produção do catálogo do Mafro, versão bilíngue (português e inglês), com destaque para a exposição permanente. No Mafro,

havia a preocupação de realizar uma ação educativa para a implementação dessas novas diretrizes curriculares nas escolas privadas e públicas. Em busca de apoio institucional, houve a dotação de uma emenda parlamentar do deputado federal Luiz Alberto (PT-BA), destinada ao CEAO, para a implementação do Projeto de Atuação Pedagógica e Capacitação de Jovens Monitores. O propósito da capacitação envolveu as seguintes ações: seleção e formação de jovens monitores afrodescendentes, oferecendo-lhes qualificação profissional e formação pessoal; disponibilização ao público escolar de roteiros educativos de visita monitorada ao Mafro; elaboração e distribuição de materiais de apoio à ação educacional para estudantes e professores atendidos pelo programa. O “material do professor” privilegiava ação educativa direcionada para a construção de imagens da África como alternativas aos estereótipos difundidos pela mídia e pelas escolas, o combate à intolerância religiosa e valorização da diversidade.

O protagonismo também ocorreu no ensino superior, quando da discussão, elaboração e adoção do sistema de cotas na UFBA. Convém historicizar. Desde o ano de 1998, um programa do CEAO, o Ceafro, voltado para a educação e cidadania de jovens e adolescentes negros, articulou com entidades da sociedade civil a elaboração de uma proposta de ação afirmativa para o acesso e a permanência de negros na UFBA.

Participavam, além do Diretório Central dos Estudantes, o Cenunba (Coletivo de Estudantes Negros Universitários da Bahia), Coequilombo (Centro de Orientação e Estudo Quilombo/Plataforma), Instituto Cultural Steve Biko, Movimento de Apoio e Respeito à Vida (MARV/Itinga/Lauro de Freitas). Pré-vestibular Negros e Carentes na Universidade, MNU (Movimento Negro Unificado), Projeto Axé e o Quilombo Asantewa –Curso de Pré-Vestibular para Mulheres Negras.

Posteriormente, esse grupo passou a ser chamado de “Comitê Pró-Cotas”. A formalização da proposta ocorreu durante um debate, promovido pelo CEAO, quando foi entregue ao Reitor, Heonir Rocha, em outubro de 2002, o “Documento preliminar para o debate sobre adoção de mecanismos de ampliação do acesso e permanência de negros na Univer-

sidade Federal da Bahia”, solicitando a constituição de um grupo de trabalho para debater com o Comitê o percentual de 40% das vagas para estudantes negros (pretos e pardos) no vestibular de 2003. A indicação desse percentual tomava como base o resultado da pesquisa comparativa “Desigualdades raciais no ensino superior”, desenvolvida e publicada por Delcele Mascarenhas Queiroz no Programa “A Cor da Bahia/FFCH”. A resposta do Reitor foi solicitar ao então diretor do CEAO, Ubiratan Castro de Araújo, a coordenação das atividades. Somente após a eleição do novo Reitor, Naomar Almeida Filho, o Conselho de Ensino e Pesquisa (Consepe) retomou as discussões, em 21 de outubro de 2002.

Em abril de 2003, como diretor do CEAO, passei a compor o GT, e tínhamos como meta aprovar a proposta no vestibular para o ano de 2004. Ao longo de meses, vivenciei de perto o consenso para a adoção de cotas e as tensões entre professores, estudantes do DCE, e representantes do Comitê Pró-Cotas, principalmente quanto aos percentuais a serem definidos para os grupos elencados (estudantes oriundos da escola pública, negros e indígenas). Discussões acaloradas por lá ocorriam. Em 13 de abril de 2004, a proposta do GT foi encaminhada e aprovada pelo Consepe. Em 17 de maio desse mesmo ano, o Conselho Universitário aprovou a proposta: origem escolar (sistema público) como ponto de partida, mas com um percentual de 85% para negros (pretos e pardos) e 15% para não-negros. Os quilombolas e os índios aldeados passavam a ter duas vagas reservadas por curso.

Recordo que, após a aprovação, o Ministro da Educação, Tarso Genro, solicitou à Reitoria o envio da proposta aprovada. O propósito era incluí-la na discussão que, posteriormente, o governo teria com parlamentares do Congresso Nacional. Lembrando que a UFBA se tornava a terceira universidade federal do país a implantar um sistema de cotas. Em anos anteriores, a Universidade de Brasília havia decidido por um percentual para candidatos negros, sem especificar a origem escolar, e a segunda, a Universidade Federal do Paraná, por percentuais distintos para negros e estudantes oriundos do sistema público.

O reconhecimento do CEAO como lócus acadêmico continuaria nos anos seguintes com o mapeamento dos terreiros de Salvador. Em março de 2006, as secretarias municipais da Reparação e da Habitação estabeleceram uma parceria com o CEAO para a execução do “Projeto de Regularização Fundiária dos Terreiros de Candomblé”. Inicialmente, essas secretarias buscavam a realização de um cadastro físico-ambiental para 50 terreiros na cidade de Salvador. Seria uma resposta a um recurso oriundo da Caixa Econômica Federal visando reformas físicas. Como havia a perspectiva de uma alocação de recursos oriundos de outros órgãos federais, sugeri que realizássemos um censo de todos os terreiros de Salvador, incluindo suas ilhas, em que o questionário a ser aplicado incluísse questões mais abrangentes do que aquelas solicitadas no cadastro físico-ambiental. Em resumo, havia condições ideais para a realização do trabalho. E assim foi feito. O projeto passou a ter um novo formato. Reconhecia as religiões de matrizes africanas como um patrimônio cultural-religioso de significativa influência na cidade do Salvador e apontava a necessidade de um mapeamento detalhado dos terreiros para a elaboração de políticas de preservação e revitalização ambiental, cultural e religiosa.

Cinco etapas foram definidas: 1) elaboração e detalhamento da metodologia a ser utilizada; 2) identificação e informações físico-ambientais e socioeconômicas dos terreiros de candomblé de Salvador; 3) seleção dos terreiros de candomblé para o cadastro físico-fundiário; 4) elaboração de uma proposta preliminar para o programa de regularização fundiária; 5) publicação dos resultados da pesquisa.

Além dos recursos da Fundação Cultural Palmares e, posteriormente, da Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), houve o apoio da Fenacab (Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro) e da Acbantu (Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu) com informações disponibilizadas sobre alguns terreiros. Ainda que houvessem distintas perspectivas sobre quais dados seriam levantados, acordamos em reuniões com lideranças afro-religiosas e gestores das Secretarias por uma definição de terreiro que envolvesse o

reconhecimento como tal pela liderança e também pela comunidade onde está localizado, o tempo de existência, registro, bem como a regularidade do ciclo de festejos e número de iniciados.

O mapeamento dos terreiros obteve reconhecimento país à fora. A estratégia de divulgação (outdoors em avenidas, um evento com a divulgação dos primeiros resultados no salão nobre da Reitoria, lotado pelo povo-de-santo, publicação de matérias semanais em jornais) reverberou em várias regiões do país. Ao longo de meses, e após a publicação do livro impresso, da versão ampliada em formato de cd com fotos do georreferenciamento, recebíamos por e-mail mensagens de indivíduos e entidades com perguntas sobre como realizar um mapeamento e a metodologia empregada. Nos anos seguintes, houve experiências de mapeamento em outras cidades do país. E na Bahia, por iniciativa da Sepromi (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial), coordenamos o Mapeamento dos Espaços de Religiões de Matrizes Africanas do Recôncavo e do Baixo Sul, em 2012.

A distribuição dos exemplares impressos nos terreiros pesquisados em Salvador, e a reação de alegria das lideranças que habitam áreas muito pobres, me causaram emoção. Percebia o que isso significava para a autoestima do povo-de-santo num tempo marcado por uma crescente intolerância religiosa aos terreiros. Mas, a mística também estava presente em todo aquele período. No lançamento do site na Praça Municipal, próximo ao Elevador Lacerda, um homem embriagado interrompia constantemente o evento durante a projeção dos dados em um telão, dizendo querer saber mais sobre o que ali acontecia, o que levou muitos adeptos a afirmarem que se tratava de uma manifestação de Exu. E se sabe que com Exu não se brinca. Principalmente, em ações envolvendo instituições e o povo-de-santo!!!! Laroiê!!!!

Numa segunda-feira, um pai-de-santo telefonou para o CEAO. Perguntava quando haveria um novo mapeamento, e dizia: “meu terreiro não foi mapeado”. Por qual razão? Afirmou: no período da aplicação do questionário, o terreiro estava fechado, “tinha deixado de existir”, pois ele

havia se convertido à Igreja Universal. Justificava o interesse afirmando, peremptoriamente, que “agora” houve o seu retorno ao terreiro: “É que meu Exu me chamou de volta”. Infelizmente, o tempo do mapeamento havia sido concluído, pois as políticas públicas governamentais têm prazo de execução e recursos limitados que dependem de determinados contextos.

doi: 10.9771/aa.v0i70.65813